

Vacinação antigripal da APMP aplicou 1,4 mil doses gratuitas

Campanha ocorreu nas sedes regionais, Sede Executiva e Fórum da Barra Funda



Devido à grande procura por parte associados, foram pedidas mais vacinas

Assim como em 2013, a campanha de vacinação foi realizada pelo Departamento Médico da APMP em parceria com a Sollus Corretora, que garantiu o fornecimento de doses gratuitas. A vacina ministrada foi a chamada Influenza Trivalente, com uma fórmula que garante imunização aos três principais vírus da gripe.

Página 3

Promotoria em Pauta: seção destaca as ações do MP

TAC entre MP e Igreja Universal garante Direito da Criança e do Adolescente

Primeira audiência coletiva do Jecrim em 2014 reuniu mais de 200 pessoas

Ação impede realização de festa para adolescentes na cidade de São Paulo

Fundação Casa no Itaim Paulista é alvo de inquérito do Ministério Público

Página 5

Arraiá da APMP reuniu 350 pessoas na Sede Campestre

Crianças se divertiram com brinquedos e suporte de uma equipe de recreação.

Página 6

Aposentados tiveram jantar, coquetel e homenagens

Três membros do Ministério Público aposentados receberam placas comemorativas.

Página 6

EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS DOS ASSOCIADOS

Desde que assumiu suas funções, a atual diretoria da APMP tem cumprido seu papel de defesa das prerrogativas dos associados. Um exemplo: em janeiro deste ano, obtivemos vitória judicial para recomposição dos valores das diárias devidos aos membros do Ministério Público e que haviam sido reduzidos por meio de dois atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Ato contínuo, no dia 28 daquele mês, a APMP requereu à PGJ a revogação desses atos. Vitória da classe: em 13 de fevereiro, logo após o nosso requerimento, a PGJ revogou os dois atos e recompôs os valores pagos a título de diária, a menor, no período entre 2008 e 2013.

Mas a questão teve novo capítulo. Em maio, o procurador-geral de Justiça enviou um anteprojeto ao Órgão Especial propondo mudanças no sistema remuneratório da classe. No cálculo do valor de diárias, a proposta visava redução do valor para 1/60 do subsídio da entrância

inicial, sendo que a Lei Orgânica orienta pagamento de 1/30.

A partir dos questionamentos feitos pela APMP, que realizou debates com a classe e elaborou memorial sobre o anteprojeto enviado a todos os membros do Órgão Especial, a matéria só foi aprovada com a ressalva de que o não poderá ser inferior a 1/60 e nem superior a 1/30 da remuneração da entrância final.

Outro ponto: o anteprojeto prevê implementação do auxílio-saúde (apesar de não determinar se será ou não extensível aos dependentes e pensionistas). Em 3 de abril, a APMP havia requerido à PGJ implementação imediata do benefício, por Ato Administrativo, para membros da ativa e aposentados, bem como dependentes e pensionistas. E seguiremos na luta.



Felipe Locke Cavalcanti
Presidente da Associação Paulista do Ministério Público

REQUERIDA RETROATIVIDADE DO SUBSÍDIO

A APMP requereu ao Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, no dia 24 de junho, que determine a retroatividade do subsídio no período entre 31 de dezembro de 2007 e 01 de janeiro de 2005, além da ultratividade de gratificações decorrentes de tempo de serviço entre janeiro de 2005 e setembro de 2006. O pedido tem sustentação em precedentes do Conselho Nacional do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal. Apontando-se que, em recente decisão, o CNMP decidiu que o PGJ, em razão do caráter nacional do Ministério Público, deve determinar a retroatividade do subsídio. A íntegra do requerimento está disponível para ser acessada na parte restrita do site da APMP.

REEMBOLSO DOS GASTOS COM TRANSPORTE

A APMP protocolou na PGJ, no dia 9 de junho, requerimento para que os membros do Ministério Público em exercício ou diligência, fora de sua comarca, sede ou circunscrição, tenham reembolso dos gastos com transportes nos mesmos moldes do que é vigente no âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo. O documento pede que se dê nova redação ao artigo 5º do Ato Normativo nº 39/1994, a fim de contemplar regime de quilometragem, além do ressarcimento dos gastos com pedágio, mantendo inalterada a redação do artigo 185 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público. “Passados 20 anos (...), é notória a mudança na condição de transporte público”, diz trecho do requerimento feito pela Associação.

CARTAS & OPINIÕES

“Gostaria de parabenizá-los pela iniciativa que tomaram, proporcionando o devido e salutar debate na classe de projeto de lei que influi diretamente na vida funcional e pessoal de todos os colegas. A oportunidade de discussão aberta reforça nosso ambiente democrático e confere legitimidade nas conclusões apresentadas no Órgão Especial por nossa entidade de classe. Aliás, a garantia da participação de todos foi efetivamente concretizada com a transmissão online do evento e com a possibilidade de perguntas a serem enviadas.” – **Aluisio Antonio Maciel Neto, promotor de**

Justiça, sobre reunião realizada pela APMP no Fórum da Barra Funda, em 28 de maio, sobre anteprojeto da Procuradoria-Geral de Justiça que propunha novo sistema remuneratório para a classe, aprovado posteriormente em reunião do Órgão Especial.

NA INTERNET:

www.apmp.com.br



Facebook:
APMP - Associação Paulista do Ministério Público



Twitter:
@apmp_sp



Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público
Ano II, Nº 13, Junho de 2014

Produção: Departamento de Publicações / Assessoria de Imprensa
Jornalista responsável e editor: Marcos Palhares (MTB: CE 01144 JP)
Pauta, supervisão e aprovação: Diretoria da APMP
Diretores do Departamento de Publicações: Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos, Valéria Maiolini
Encarregado do Departamento: Rodrigo Vicente de Oliveira
Assessoria de Imprensa, reportagem e textos: Ana Paula Dutra, Dora Estevam e Marcos Palhares

Diagramação: Marcelo Soares
Apoio: Departamentos de Audiovisual e de Informática

APMP – GESTÃO 2013/ 2014

Presidente: Felipe Locke Cavalcanti
1º Vice-presidente: Marcio Sérgio Christino
2º Vice-presidente: Gabriel Bittencourt Perez
1º Secretário: Paulo Penteado Teixeira Junior
2º Secretário: Alexandre Mourão Trieri
1º Tesoureiro: Marcelo Rovere
2º Tesoureiro: Francisco Antonio Gnipper Cirillo
Diretora de Aposentados: Cyrdemia da Gama Botto

Diretora de Patrimônio: Fabíola Moran Faloppa
Diretor de Relações Públicas: Paula Castanheira Lamenza
Diretor de Prerrogativas: Saad Mazloum
Conselho Fiscal: Antonio Bandeira Neto, Enilson David Komono e Luiz Marcelo Negrini de Oliveira Mattos (titulares); José Márcio Rossetto Leite, Pedro Eduardo de Camargo Elias e Rogério Sanches Cunha (suplentes).

Associação Paulista do Ministério Público
Rua Riachuelo, nº 115, 11º andar - Centro
São Paulo (SP) - CEP 01007-904
Telefone: (11) 3188-6464
www.apmp.com.br

Campanha de vacinação a APMP atingiu 1.459 doses aplicadas gratuitamente em maio e junho

Vacina ministrada foi a Influenza Trivalente, que garante imunização aos três principais vírus da gripe

A campanha de vacinação antigripal gratuita da APMP atingiu um total de 1.459 doses aplicadas. Nos dois dias principais de imunização em postos montados na Sede Executiva, nas sedes regionais e no Fórum da Barra Funda, em 20 e 21 de maio, foram aplicadas 1.392 doses. Mais tarde, na quarta-feira, 4 de junho, houve vacinação extra na Sede Executiva, em São Paulo, com mais 67 doses aplicadas.

Assim como em 2013, a campanha de vacinação foi realizada pelo Departamento Médico da APMP em parceria com a Sollus Corretora, que garantiu o fornecimento de doses gratuitas. A vacina ministrada foi a chamada Influenza Trivalente, com uma fórmula que garante imunização aos três principais vírus da gripe. A proteção imunológica é geralmente obtida de duas a três semanas após a aplicação.

Na primeira etapa, em maio, havia 1.300 doses disponíveis. Mas, devido



Campanha foi realizada pelo Departamento Médico da APMP em parceria com a Sollus Corretora

à grande procura por parte associados, foram pedidas mais doses, de maneira que todos pudessem ser atendidos. Entretanto, naquela ocasião, as aplicações na capital tiveram que ser suspensas nos

dois dias às 17h, seguindo determinação da Diretoria Geral do Ministério Público, em razão da greve de ônibus. Por este motivo, a Associação agendou nova data no mês de junho.



TRANSPARÊNCIA - Em 11 de junho, a APMP firmou parceria com o Conselho de Transparência do Estado, a Corregedoria-Geral do Estado e o Movimento do Ministério Público Democrático, com o objetivo de divulgar a cultura da transparência nas cidades paulistas. Na ocasião, o presidente do Conselho de Transparência, Edson Vismona, a assessora da Corregedoria-Geral, Eunice Prudente, o presidente do MPD, Roberto Livianu, e a assessora especial da presidência do MPD, Celeste Leite dos Santos, foram recebidos pelo 1º secretário da APMP, Paulo Penteado Teixeira Júnior, e pelo suplente do Conselho Fiscal Pedro Eduardo de Camargo Elias.

Diretor da APMP cria página WikiLegal na internet

Os membros do Ministério Público de São Paulo contam com mais um espaço de difusão de conhecimento. Criada pelo diretor do Departamento de Prerrogativas da APMP, Saad Mazloum, a WikiLegal é uma página web que estimula o debate sobre temas como a organização e a democracia interna do MPSP, súmula vinculante, improbidade administrativa e nepotismo, entre outros. “Criei na WikiLegal vários artigos e textos, construindo assim uma espécie de glossário. Abordo vários temas e a lista continua crescendo”, comenta Mazloum. “O WikiLegal conta, até o momento, com 49 módulos. Todo o conteúdo deste site é protegido pela GNU Free Documentation License. É permitida a citação e reprodução de qualquer texto ou trecho da obra, desde que se dê o devido crédito”, completa.

ENTREVISTA PARA O JORNAL NACIONAL

O 1º vice-presidente da APMP, Marcio Sérgio Christino, foi entrevistado na Sede Executiva em 16 de junho pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. A matéria foi ao ar no mesmo dia e tratou sobre o caso do publicitário Eduardo Martins, assassino confesso do zelador Jezi Souza, crime ocorrido na capital paulista. O jornalista Renato Biasi repercutiu a informação de que objetos como canos de pistola, um silenciador, algemas plásticas e anestésicos foram encontrados pela Perícia Técnica da Polícia Civil no apartamento do criminoso. “Tem um interesse ofensivo, de conter a vítima e ao mesmo tempo de não ser identificado”, afirmou Marcio Sérgio Christino. No dia seguinte à exibição da reportagem, o publicitário Eduardo Martins e sua esposa Ieda foram levados à Praia Grande, onde o corpo da vítima foi escondido, esquartejado e parcialmente incinerado, para reconstituição do crime.

ATUAÇÃO DO MP EM FRAUDES ELEITORAIS

Em 20 de maio, o presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, concedeu entrevista ao âncora do jornal da Rádio CBN, Milton Jung, sobre a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 23.396, de 17/12/2013, em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF) - mais especificamente o artigo 8º, que limita a atuação do Ministério Público nas investigações de fraudes eleitorais. “Esta é uma resolução gravíssima, pois determina que apenas o juiz eleitoral tenha a possibilidade de solicitar a abertura de inquérito policial em caso de suspeita de crime eleitoral. O mais grave é que ela é ampla, pois envolve tudo o que aconteceu anteriormente. As investigações em andamento, que não foram abertas por um juiz eleitoral, poderão ser anuladas”, afirmou Felipe Locke Cavalcanti. Na sessão de 21 de maio, o STF suspendeu exigência de autorização judicial para investigação de crime eleitoral.

Aprovado projeto do PGJ que limita valor de diárias

Novo sistema remuneratório foi questionado pela APMP e a classe

O Órgão Especial do Colégio de Procuradores aprovou em 25 de junho - com ressalvas de alguns de seus integrantes e duas modificações - o anteprojeto apresentado pelo procurador-geral de Justiça, Márcio Fernando Elias Rosa, que implementa novo sistema remuneratório para a classe. O texto prevê redução no valor pago como diárias, além de acumulação e pagamento de auxílio saúde. Além disso, o colegiado também apreciou outra proposta, apresentada no mesmo documento, sobre o regime de estágios do Ministério Público.

Após questionamentos feitos pela APMP, a matéria sofreu alterações significativas. A primeira diz respeito ao cálculo do valor de diárias. Hoje, a Lei Orgânica orienta pagamento de 1/30 do subsídio da entrância inicial. O texto original do anteprojeto propunha redução para 1/60. Ficou definido, por fim, que o valor será calculado por Ato Administrativo do PGJ, mas que seu valor não poderá ser inferior a 1/60 e nem superior a 1/30 da remuneração da entrância final.

Outro ponto que sofreu alterações foi o de redução do valor da diária quando o promotor fizer uso de veículo oficial ou for designado em função gratificada. Para aprovação, foi incluída a observação de que a redução seja de até 15%. Duas integrantes do OE, as procuradoras de Justiça Maria Cristina Pera João Mo-

reira Viegas e Natália Fernandes Allende da Matta, votaram contrariamente.

ACUMULAÇÃO – O item referente à acumulação causou polêmica. Ele define que os membros do MP poderão registrar dois dias para gozo, a cada três trabalhados, em acumulação de cargos; caso não sejam gozados, poderão consistir em pecúnia indenizatória - e não remuneratória, como hoje. Membros do OE observaram que a proporção de dias trabalhados e compensados deveria ficar a cargo de Ato do PGJ. Tanto a implementação do auxílio saúde (que o anteprojeto não determina se será extensível aos dependentes e pensionistas) quanto o novo sistema de estágios foram aprovados por unanimidade. A APMP defendia a implementação imediata, por Ato Administrativo, do auxílio-saúde para membros da ativa e aposentados, bem como dependentes e pensionistas.

QUESTIONAMENTOS - Os questionamentos ao anteprojeto sobre novo sistema remuneratório feitos pela APMP mobilizaram a classe. A entidade realizou debate em São José do Rio Preto e também no Fórum da Barra Funda, transmitido ao vivo pelo site da Associação, que teve significativo acompanhamento em todo o Estado. Depois, elaborou um memorial sobre o anteprojeto, que foi enviado para todos os membros do OE.

Procuradoria-Geral de Justiça deu parecer favorável ao aumento do IPTU na capital

A PGJ defendeu o aumento do IPTU na capital, que chega a 35%. Seu parecer contraria decisão do TJSP, que considerou a Lei inconstitucional, mantida pelo STJ e pelo STF. O promotor Maurício Antônio Ribeiro Lopes ingressou com ação civil pública contra a tramitação do projeto de lei, o que motivou o juiz Emílio Migliano Neto a conceder liminar para impedir a sanção da proposta. Mesmo assim, a Prefeitura

sancionou o projeto. Houve recurso e a liminar foi cassada pelo TJSP. Posteriormente, a Fiesp e o PSDB ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade, unidas por conexão. Nessas ações foi concedida liminar pelo Órgão Especial do TJSP. Em 27 de maio, o subprocurador-geral de Justiça, Nilo Spínola Salgado Filho, emitiu parecer afirmando: “opino pela improcedência das presentes ações [da Fiesp e do PSDB].”

TAC entre MP e Universal garante Direito da Criança e do Adolescente

Objetivo é preservar a intimidade da criança e do adolescente nos cultos religiosos



De acordo com Fabiola Moran Faloppa, crianças expostas nos cultos podem ser vítimas de bullying

Desde 20 de maio, crianças e jovens que frequentam a Igreja Universal do Reino de Deus estão protegidas da exposição de seus sentimentos e intimidade, seja em exibição no púlpito da igreja, seja em gravação de depoimento para a televisão, de acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público de São

Paulo e a Igreja Universal. O consenso, no sentido de compatibilizar o direito à religião e o direito de respeitar a intimidade da criança e do adolescente, se deu a partir de conversas entre a promotora de Justiça responsável pelo TAC, Fabiola Moran Faloppa, que é diretora de Patrimônio da APMP, e representantes da igreja.

De acordo com Fabiola Moran Faloppa, no momento em que a imagem da

criança ou adolescente é veiculada, ela pode ser vítima de bullying na escola, ao revelar, por exemplo, que o seu pai ou sua mãe eram alcoólatras ou que ela usava entorpecente. “Esta criança ou adolescente não tem condição, ainda, de avaliar as consequências dos seus atos. Cabe ao Estado intervir, até pelo que está previsto no artigo 127 da Constituição Federal, e do artigo 91 da Constituição do Estado de São Paulo”, complementa a diretora da APMP.

O jornal Folha de S.Paulo publicou, em 29 de maio, artigo de Contardo Calligaris, renomado psicanalista italiano radicado no Brasil, sobre o assunto, no caderno Ilustrada, página E12. Diz trecho do texto publicado pela Folha: “A promotora de Justiça responsável pelo TAC, Fabiola Moran Faloppa, entendeu que são humilhantes ou degradantes as situações em que, no púlpito ou na TV, o ministro religioso revela informações íntimas sobre as crianças (suas doenças, seus abusos sofridos etc.). Concordo com a promotora”.

Audiência Coletiva do Jecrim reuniu mais de 200 pessoas

O Juizado Especial Criminal de São Paulo (Jecrim) realizou no Fórum da Barra Funda, em 8 de maio, a primeira audiência coletiva de 2014. Mais de 200 pessoas que foram presas por envolvimento com drogas compareceram, junto com familiares e advogados. O objetivo é dar a possibilidade de aceitarem medida de transação penal, em substituição a acusação formal, com abertura de processo. Segundo o promotor Matheus Jacob Fialdini, a lei de drogas permite que o MP, antes de oferecer denúncia, faça uma proposta de transação penal, como medida alternativa.

Ação impede de festa para público adolescente em SP

Para eventos destinados à adolescentes em clubes e casas de entretenimento, há necessidade de alvará emitido por juiz da Infância e Juventude. A falta do documento configura infração prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, apenada com multa. Baseada nesta premissa e orientada pela denúncia do pai de um adolescente, a promotora Luciana Bergamo Tchorbadjian entrou com Ação Civil Pública e conseguiu, liminarmente, impedir a realização de uma festa no Clube Paineiras do Morumbi, em 31 de maio. O juiz determinou que nenhum adolescente desacompanhado dos pais poderia permanecer no local.

Fundação Casa no Itaim Paulista é alvo de inquérito do MP

O promotor Pedro de Camargo Elias, suplente do Conselho Fiscal da APMP, instaurou inquérito em 25 de abril para apurar a necessidade de interdição e encerramento da Unidade da Fundação Casa, no Itaim Paulista. Lá, o trabalho dos funcionários estaria sendo inviabilizado pela ação de criminosos. A unidade já passou por uma rebelião. “A reconstrução que está sendo feita não basta, é preciso fazer um trabalho com os jovens”, comentou o promotor. “A recomendação da promotoria é a de que todos os adolescentes sejam transferidos para outras unidades da Fundação Casa”, completou.



Arraiá da APMP reuniu cerca de 350 pessoas na Sede Campestre

Crianças se divertiram com brinquedos e suporte de uma equipe de recreação

Cerca de 350 pessoas participaram da Festa Junina promovida pela APMP na Sede Campestre, em São Roque, no dia 15 de junho. As crianças se divertiram com brinquedos montados no local, como pula-pula, tobogã inflável, touro mecânico, cama elástica e piscina de bolinhas. Houve também brincadeiras típicas, com barracas de pescaria, argolas, boca do pa-lhaço, tomba lata e chute a gol. Uma equi-

pe de recreação garantiu a diversão até o final da festa, cuja organização foi coordenada pela diretora do Departamento de Relações Públicas e de Eventos, Paula Castanheira Lamenza.

O “arraíá” da APMP começou às 10 horas e só terminou depois das 17h30, com a tradicional dança de quadrilha. A Sede Campestre estava repleta de barracas de comidas típicas e diversas atividades para

as adultos e crianças. Para recepcionar os associados, a diretoria da APMP foi representada pelo 1º vice-presidente, Marcio Sérgio Christino, o 1º tesoureiro, Marcelo Rovere, o 2º secretário, Alexandre Mourão Tieri, a diretora do Departamento Relações Públicas e de Eventos, Paula Castanheira Lamenza, a diretora de Patrimônio, Fabíola Moran Faloppa, e o assessor especial da Presidência, Paulo Juricic.

Aposentados foram recebidos com jantar e homenagens

A APMP promoveu, em 6 de junho, um jantar para os promotores e procuradores aposentados na Vila Olímpia, em São Paulo. Na ocasião, três membros do Ministério Público aposentados há menos de um ano receberam placas comemorativas pelo tempo dedicado à instituição: Maria Isabel Gamboa Dias Duarte, Sílvia Regina Brandi Máximo Ribeiro e Gabriel Bitencourt Perez (atual 2º vice-presidente da APMP). “Este encontro é uma forma de homenagearmos todos os aposentados do MP, que fizeram desta instituição o que ela é. Uma vez promotor, sempre promotor”, afirmou Felipe Locke Cavalcanti.



Promotores e procuradores aposentados foram recebidos na Vila Olímpia



SORTEIO - A APMP sorteou no dia 11 de junho, na Sede Executiva, quatro ingressos que obteve junto à CBF para a abertura da Copa e a primeira partida da competição, entre Brasil e Croácia, na Arena Corinthians. Os sorteados foram os promotores Alexandre Mourão Tieri (2º secretário da APMP), Antonio Domingues Farto Neto, Luiz Fernando Vaggione e Willian Daniel Inácio (substituto). Ao todo, 448 associados se inscreveram. “Eu avisei a um colega, na hora de me inscrever, que tenho sorte”, comentou o promotor Luiz Vaggione (foto). O sorteio foi feito pelo mesmo programa eletrônico desenvolvido para a definição das hospedagens para associados nas sedes Campestre e Executiva.